



REPORTAGEM ESPECIAL | PÁGINAS 5, 6, 7, 8 E 9

Apicultura volta a crescer no Rio Grande do Sul

EM PAUTA

Maestria projeta movimentar R\$ 3 bilhões com avanço nacional e estrutura digital

Hub gaúcho de soluções para consórcios aposta em expansão nacional, tecnologia e nova operação imobiliária para acelerar crescimento

Agnês Noll

agnes@jcrs.com.br

A Maestria, hub de soluções B2B voltados ao mercado de consórcios, acaba de firmar uma parceria estratégica com a Disal e projeta movimentar R\$ 1 bilhão em vendas com a nova operação nos próximos 12 meses. O acordo marca a entrada estruturada da divisão de consórcios imobiliários da administradora paulista no Rio Grande do Sul, por meio da rede comercial da empresa gaúcha. Em paralelo, a Maestria estima encerrar 2026 com R\$ 3 bilhões em vendas totais movimentadas, impulsionada pela expansão nacional, pelo crescimento do mercado de consórcios e pelo avanço de sua estrutura digital.

A história da empresa começou em 2014, a partir da união entre necessidade e oportunidade. Com mais de duas décadas de experiência no segmento, o CEO Cleber Gomes identificou uma lacuna entre administradoras de consórcio e os representantes comerciais responsáveis pelas vendas. Segundo ele, faltava uma operação que entendesse a linguagem comercial do setor e oferecesse suporte estratégico aos parceiros.

Foi dessa percepção que nasceu a Maestria, inicialmente focada em conectar administradoras a representantes de venda de consórcio. Ao longo dos anos, o negócio evoluiu para um ecossistema mais amplo, oferecendo suporte comercial, treinamento, marketing, recrutamento, jurídico, contabilidade e soluções tecnológicas para escritórios parceiros. “Percebemos que o representante precisava mais do que um produto para vender. Ele precisava de estrutura, método e acompanhamento para crescer”, afirma Gomes.

Hoje, a Maestria atua como

um hub de soluções para escritórios de consórcio em diferentes estados do País. A companhia conta com mais de 180 parceiros comerciais e expandiu sua presença para mercados como Minas Gerais e São Paulo, mantendo forte atuação na Região Sul.

Foi justamente essa capilaridade que aproximou a empresa da Disal, uma das maiores administradoras independentes de consórcio do Brasil. Com quase 40 anos de mercado e forte presença no segmento automotivo, a empresa buscava ampliar sua atuação em consórcios imobiliários e enxergou no Rio Grande do Sul uma oportunidade estratégica.

Segundo Gomes, a parceria une dois ativos complementares: a força da marca e da contemplação da Disal com a inteligência comercial construída pela Maestria ao longo dos anos, “A Disal tem um produto muito sólido e nós temos a rede pronta para distribuição. Hoje, conseguimos entregar treinamento, suporte e acesso comercial de

forma muito mais próxima do parceiro”, explica.

A expectativa é que o novo acordo amplie o alcance da Maestria em um momento de aquecimento do setor. Com a Selic em 14,5% ao ano, o consórcio vem ganhando espaço como alternativa ao financiamento tradicional, especialmente no mercado imobiliário.

Além da expansão comercial, a empresa aposta em tecnologia como eixo estratégico de crescimento. A Maestria já utiliza automação e Inteligência Artificial em processos de vendas, atendimento e relacionamento com parceiros. Agora, prepara novos investimentos em sua operação digital.

A companhia prevê investir mais de R\$ 10 milhões em um novo braço de negócios chamado Maestria Digital, projeto que pretende transformar parceiros em sócios de operação. A meta é alcançar 100 escritórios próprios ou societários até 2030 e consolidar a empresa como um dos maiores ecossistemas de consórcios do País.



ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC

“A Disal tem um produto muito sólido e nós temos a rede pronta para distribuição. Hoje, conseguimos entregar treinamento, suporte e acesso comercial de forma muito mais próxima do parceiro”

Cleber Gomes,
fundador e CEO

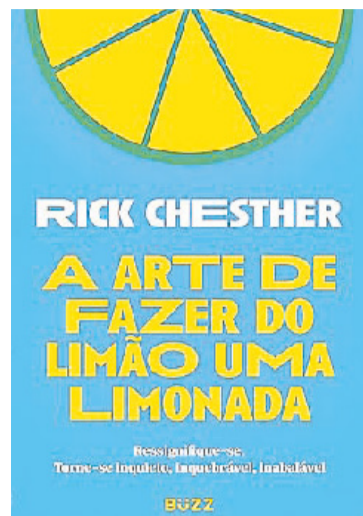
RAIO X

- **Empresa:** Maestria
- **Ano de fundação:** 2014
- **Cidade de origem:** Porto Alegre (RS)
- **Área de atuação:** Hub de soluções B2B para o mercado de consórcios, atuando na conexão entre administradoras e escritórios parceiros.
- **Projeção de faturamento para 2026:** A Maestria projeta movimentar R\$ 3 bilhões em vendas de consórcios em 2026.
- **Onde a empresa quer estar em cinco anos:** A meta da Maestria é consolidar-se como um dos maiores ecossistemas de consórcios do país, com mais de 100 escritórios próprios ou societários até 2030, ampliando sua presença nacional e fortalecendo sua operação digital e tecnológica.
- **Diferenciais competitivos:** Entre os diferenciais da Maestria estão a atuação como hub completo de soluções para parceiros comerciais, o treinamento prático baseado em experiência de mercado, a inteligência comercial construída em diferentes estados do país e o investimento em tecnologia, automação e inteligência artificial para otimizar vendas, atendimento e gestão dos escritórios parceiros.



Hub acaba de firmar negócio estratégico com a Disal e prevê R\$ 1 bilhão em vendas somente com a nova operação para os próximos 12 meses

FEED



A arte de fazer do limão uma limonada: Resignifique-se. Torne-se inquieto, inquebrável, inabalável; Rick Chesther; Buzz Editora; 224 páginas; R\$ 53,47; Disponível em versão física e digital.

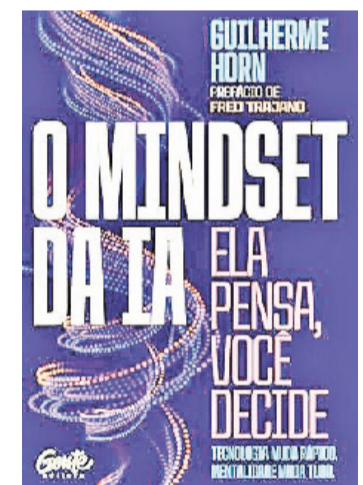
Inspiração

Rick Chesther propõe uma reflexão sobre resiliência, responsabilidade e reconstrução pessoal a partir de contextos adversos. A narrativa parte da ideia de que dificuldades são inevitáveis, mas a resposta a elas é uma escolha. O autor aborda temas como escassez, liderança, gestão emocional e recomeços, sempre com foco na ação prática. Sem prometer soluções rápidas, a obra defende que aceitar a realidade é o primeiro passo para transformá-la. Chesther também critica a busca por sucesso imediato e reforça a importância da consistência e da disciplina ao longo do tempo.

A metáfora central — transformar o “limão” em “limonada”

— é apresentada como uma habilidade desenvolvível, baseada em atitude e persistência. O livro se posiciona como um convite à mudança de postura diante das dificuldades, enfatizando que o progresso depende menos das circunstâncias e mais da capacidade de agir mesmo em cenários desfavoráveis.

Ao incorporar elementos de sua trajetória pessoal, o autor reforça a conexão com leitores que enfrentam desafios semelhantes, tornando a mensagem mais tangível. A obra também dialoga com um público amplo, indo além do universo corporativo e alcançando quem busca reorganizar a própria vida diante de limitações e recomeços.



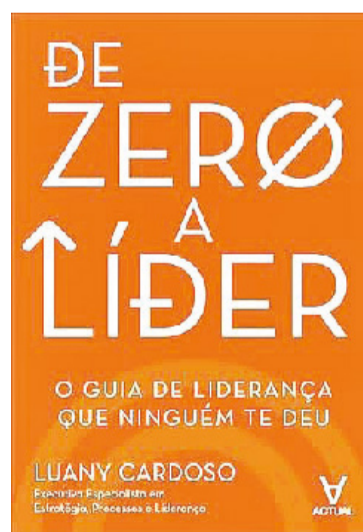
O mindset da IA: ela pensa, você decide: Tecnologia muda rápido. Mentalidade muda tudo; Guilherme Horn; Editora Gente; 176 páginas; R\$79,10; Disponível em versão física e digital.

Tecnologia

Escrito por Guilherme Horn, o livro examina o impacto da Inteligência Artificial sob uma perspectiva estratégica e comportamental. A obra argumenta que o principal desafio não está na tecnologia em si, mas na capacidade humana de adaptar mentalidades. Horn propõe que o sucesso na era da IA dependerá menos do domínio técnico e mais da disposição para revisar crenças, superar vieses cognitivos e compreender o papel da tecnologia na ampliação das capacidades humanas. O livro aborda como a cultura organizacional pode impulsionar ou limitar a adoção de IA, além de discutir o medo associado à tecnologia e

suas origens psicológicas.

O autor diferencia evolução gradual de mudanças disruptivas, destacando a importância dessa distinção para a tomada de decisão. A obra posiciona a IA como ferramenta de potencialização, não substituição, e convida líderes a repensarem o conceito de inteligência e liderança no século XXI. Ao tratar a IA como fenômeno cultural e não apenas técnico, o livro amplia o debate para além das áreas de tecnologia. A proposta é estimular uma visão mais crítica e consciente sobre o uso dessas ferramentas, contribuindo para decisões mais equilibradas em um cenário de transformação acelerada.



De zero a líder: o guia de liderança que ninguém te deu; Luany Cardoso; Editora AC-TUAL; 272 páginas; R\$ 49,90; Disponível em versão física e digital.

Empreendedorismo

Lançado em maio, o livro de Luany Cardoso aborda a liderança sob uma ótica humana, prática e contemporânea. A obra parte do princípio de que liderar não está relacionado a status ou autoridade, mas à capacidade de desenvolver pessoas sem perder a própria identidade. Ao longo do conteúdo, a autora combina experiências profissionais com reflexões sobre autoconhecimento, tomada de decisão e gestão de equipes em ambientes dinâmicos. O livro destaca que a liderança eficaz exige mais perguntas do que respostas prontas, além de consciência, coerência e adaptação constante.

Também explora os desafios emocionais e comportamentais

enfrentados por quem assume posições de liderança, frequentemente negligenciados em formações tradicionais. Voltado a profissionais em diferentes estágios de carreira, o guia propõe um modelo baseado em autenticidade e evolução contínua, conectando resultados organizacionais à construção de relações mais conscientes e sustentáveis no ambiente de trabalho.

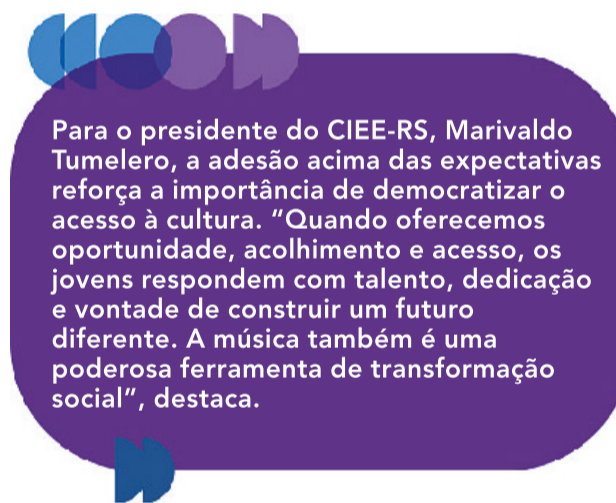
Ao inserir o tema no contexto atual de transformação do trabalho, a obra reforça a necessidade de líderes mais preparados para lidar com complexidade, diversidade e mudanças rápidas. O lançamento se insere em um momento em que o debate sobre novas formas de liderança ganha espaço nas organizações.



Orquestra Jazz Sinfônica e Coral Jovem do CIEE-RS superam 400 inscrições

A música como ferramenta de oportunidade, pertencimento e transformação social. O projeto da Orquestra Jazz Sinfônica e do Coral Jovem do CIEE-RS já demonstra a força desse propósito. Mais de 400 jovens se inscreveram, entre os dias 11 e 25 de maio, para participar da iniciativa gratuita voltada a estudantes de escolas públicas e inscritos no CadÚnico em Porto Alegre.

O projeto foi pensado especialmente para jovens que nunca tiveram acesso à formação musical. Para selecionar os 30 participantes, foram realizadas audições nos dias 28 e 29 de junho. O processo levou em consideração a falta de experiência prévia dos candidatos, buscando identificar aptidões e potenciais talentos para instrumentos como violino, viola, violoncelo, teclado, guitarra, violão, contrabaixo e bateria, além das vagas para canto.



O maestro Joab Muniz destacou o engajamento dos candidatos durante o processo seletivo. “Foi muito motivador ver o quanto os jovens estavam interessados e querendo de verdade essa oportunidade. Encontramos pessoas muito talentosas e com enorme vontade de aprender. Tenho certeza de que os selecionados vão valorizar muito essa experiência”, afirmou.

Idealizado pelo CIEE-RS, o projeto oferecerá aulas gratuitas, ensaios, apresentações, certificado, auxílio-transporte e lanche aos participantes selecionados. Mais do que formação musical, a iniciativa busca estimular disciplina, autoestima, convivência e novas perspectivas de futuro.

Os ensaios têm início previsto para o dia 2 de junho, e o projeto terá duração de oito meses. Os nomes dos candidatos selecionados podem ser conferidos no site e nas redes sociais do CIEE-RS.

www.cieers.org.br
(51) 3363-1000



Acompanhe as nossas novidades





VISÃO EMPRESARIAL

Alan Elbling

Vice-presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

Dois votos, oito anos: o que está em jogo no Senado

Há duas semanas, estava em São Paulo e conversava com dois amigos que trabalham na Faria Lima. Depois de uma conversa em um roteiro habitual, Copa do Mundo e guerras pelo planeta afora, chegamos à política. Quando perguntei em quem pensavam votar para o Senado, a resposta me surpreendeu: um deles não sabia que haveria eleição ao Senado este ano; o outro não conhecia nenhum dos candidatos. Quando expliquei que cada eleitor terá direito a dois votos em 2026, ficaram ainda mais espantados.

O paradoxo é evidente: num país em que a política molda economia e mercado como poucos, a polarização da eleição presidencial ofusca as demais até no coração financeiro nacional e perde-se de vista o que está em jogo no Senado.

A cena se repete em mesas de bar Brasil afora. Em outubro, o eleitorado escolherá dois terços do Senado: 54 das 81 cadeiras, duas por unidade da Federação. Em 2022, renovou-se apenas um terço; agora, cada eleitor vai à urna com dois votos, e os dois mais votados em cada Estado são eleitos sem segundo turno, sistema raro no mundo.

Esse desenho produz uma dinâmica peculiar: muitas vezes, o vitorioso é o segundo nome do eleitor, não o primeiro. Decidir bem os dois votos importa tanto quanto escolher presidente.

E o que está em jogo vai muito além. A Constituição, em seu artigo 52, atribui ao Senado competências privativas que tocam o equilíbrio entre os Poderes. É o Senado que

sabatina e aprova indicados ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Procuradoria-Geral da República (PGR), à presidência do Banco Central e a chefias diplomáticas. É também o Senado que processa e julga, em crimes de responsabilidade, ministros de Estado, o procurador-geral e os próprios ministros do STF.

Não é detalhe abstrato. Os eleitos em outubro cumprirão mandato de 2027 a 2035. Nesse intervalo, o Senado deverá apreciar ao menos cinco indicações ao Supremo: a vaga de Luís Roberto Barroso, em aberto após a rejeição de Jorge Messias, e as sucessões de Luiz Fux (2028), Cármen Lúcia (2029), Gilmar Mendes (2030) e Edson Fachin (2033), por aposentadoria compulsória aos 75 anos. Quase metade da Corte poderá ser redenhada.

Não por acaso, a relação entre Senado e Supremo tem gerado um enorme debate institucional. Decisões recentes sobre ritos de impeachment reacenderam discussões sobre os limites entre os Poderes, tema recorrente entre pré-candidatos ao Senado.

A democracia não vive só do domingo da eleição: depende de cidadãos informados, que entendam o que votam e cobrem de quem elegem. Participar é exercício diário de cidadania.

Por isso, fica o convite: pesquise os pré-candidatos, conheça trajetórias e propostas. Acompanhe os debates. Saiba os dois nomes em que pretende confiar. Em 2026, o voto para o Senado não pode ser acidental nem às cegas.

A democracia não vive só do domingo da eleição: depende de cidadãos informados, que entendam o que votam e cobrem de quem elegem. Participar é exercício diário de cidadania

OPINIÃO

NR-1 e encíclica papal: o mesmo alerta sobre liderança

Juliano Rigatti

Especialista em Comunicação e criador do método Comunicação com Consciência

Com apenas um dia de intervalo, dois documentos colocaram no centro a mesma pergunta: o que permanece sob controle da liderança quando a lógica da produtividade assume o comando. De um lado, a atualização da NR-1. De outro, a Encíclica Magnífica Humanitas, a primeira do Papa Leão XIV. Mesmo tão distantes, convergem com precisão.

A nova NR-1, em vigor a partir de 26 de maio, torna obrigatório o mapeamento dos riscos psicossociais, fatores que adoecem menos pelo esforço físico e mais pela forma como o trabalho é conduzido. Falta de clareza, reconhecimento inconsistente, metas contraditórias, omissão de liderança, violência relacional. Segundo a ABRH-SP, cinco dos nove principais riscos têm a comunicação como vetor. Não é detalhe operacional, mas o ambiente invisível onde decisões se formam e relações se deterioram — sustentado, em grande parte, pela forma como a liderança se posiciona.

A Encíclica avança onde a norma não alcança: não trata

apenas do ambiente, mas do que o indivíduo passa a fazer consigo mesmo dentro dele. O alerta é direto: ao internalizar a lógica da otimização, a pessoa deixa de se perceber como sujeito e passa a se tratar como recurso.

Mas há um ponto cego. A NR-1 estrutura a obrigação. A Encíclica convoca à consciência. Nenhuma resolve o que acontece entre saber e agir — onde o gestor, mesmo pressionado, define o clima.

É ele quem será cobrado por mapear riscos e garantir saúde relacional. E é ele quem frequentemente opera sob o mesmo padrão que gera o risco: pressão convertida em urgên-

cia, insegurança em controle, dificuldade de sustentar conversas que exigem presença real.

Sem maturidade relacional, a comunicação deixa de ser ferramenta e vira vetor de risco. Com ela, passa a ser fator de proteção — inclusive para o gestor. A comunicação não como técnica, mas como capacidade de organizar o que se ativa antes da fala, da decisão, da reação.

Dois documentos acertam no diagnóstico. O que ainda está em aberto é a intervenção na camada que sustenta a prática. E começa onde ainda há controle: na organização do estado interno que antecede — e define — a comunicação.

Sem maturidade relacional, a comunicação deixa de ser ferramenta e vira vetor de risco. Com ela, passa a ser fator de proteção — inclusive para o gestor



Avanço regulatório na mitigação do moral hazard

Fernando Marchet

CEO da Bateleur

O Conselho Monetário Nacional publicou recentemente duas resoluções que ampliam a exigência de liquidez das instituições financeiras e redefinem os critérios de uso do Fundo Garantidor de Créditos. As medidas, que ainda serão regulamentadas pelo Banco Central, caminham em uma direção que, para muitos profissionais do mercado financeiro, já deveria ter sido adotada há bastante tempo: o melhor alinhamento dos incentivos dentro do sistema.

Criado para proteger o depositante, o FGC manteve, durante anos, um aspecto relativamente descoberto do ponto de vista regulatório: os incentivos dados ao gestor da instituição financeira na alocação dos recursos captados.

Na prática, o modelo concentrava a contribuição ao fundo

muito mais no volume captado do que no risco assumido pela instituição na utilização desses recursos. Ou seja, o incentivo regulatório não diferenciava quem fazia uma gestão prudente dos ativos e quem assumia posições mais agressivas ou alavancadas.

Esse talvez seja o principal ponto dessas medidas: a sinalização de que a contribuição para os mecanismos de garantia poderá passar a considerar o perfil de risco da operação ativa da instituição financeira.

Parece algo lógico. Afinal, se determinada instituição decide assumir riscos maiores ou comprometer sua capacidade futura de pagamento ao depositante, faz sentido que tenha também uma contribuição proporcionalmente maior para o sistema de proteção.

Alguns sistemas organizados, como cooperativas de crédito, há muito tempo, já trabalham com modelos internos dessa natureza, em que o risco da posição ativa

impacta diretamente mecanismos de solvência e fundos sistêmicos internos.

Outro ponto importante envolve a discussão sobre liquidez mínima. Muitas instituições já possuem modelos sofisticados para definir quanto do recurso captado deve permanecer em ativos de curtíssimo prazo e alta liquidez para suportar saídas abruptas de recursos.

O problema é que, até aqui, a percepção regulatória sobre esse tema sempre pareceu aberta demais. Por isso, as novas sinalizações caminham no sentido correto ao reforçar a necessidade de métricas mais objetivas para liquidez prudencial.

A efetividade dessas mudanças ainda dependerá da forma como essas diretrizes serão regulamentadas. Mas a sinalização do CMN parece atacar um ponto historicamente sensível do sistema: a mitigação do moral hazard (risco moral).

REPORTAGEM ESPECIAL

Cadeia apícola apresenta recuperação após enchentes

Com uma estimativa de 11 mil toneladas de mel na atual safra, apicultura gaúcha busca voltar à liderança da produção nacional. Na Metade Norte, as abelhas são estratégicas para a polinização de lavouras de diferentes culturas, além de produzirem méis de alto valor e com Indicação Geográfica

Gabriel Eduardo Bortolini,
especial para o JC

Até poucos séculos atrás, o Brasil era povoado exclusivamente por abelhas indígenas — as meliponinas ou abelhas sem ferrão. De um veleiro vindo da Europa, no entanto, desembarcou uma nova espécie, que deu início à apicultura no País: as abelhas europeias do gênero Apis, com ferrão, trazidas em três colmeias pelo alemão Frederico Augusto Hannemann em meados do século XIX.

“Hannemann começou a trabalhar com elas em Rio Pardo, por isso a gente considera Rio Pardo como o berço da apicultura gaúcha”, conta Aroni Sattler, professor aposentado da Ufrgs que é uma das maiores autoridades em apicultura do País. Atualmente, coordena a Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi).

“Mais tarde veio outra etapa importante, que foi a africanização da nossa apicultura. Isso foi praticamente um novo capítulo”, conta. O que ocorreu foi a introdução de uma nova subespécie — abelhas africanas — com o intuito de potencializar a produção de mel. Porém, enxames dessas abelhas escaparam acidentalmente, cruzaram com as abelhas europeias já existentes no País e originaram as chamadas abelhas africanizadas, que se espalha-

ram pelo continente.

“Em um primeiro momento, houve uma queda muito grande da atividade, porque a abelha africanizada era muito defensiva. Para quem não entende do assunto, dizem que ela é agressiva, mas na verdade ela é defensiva. Se deixar ela em paz, ela não incomoda ninguém”, explica Sattler.

Depois de um decréscimo acentuado da atividade por alguns anos, descobriu-se que com novas técnicas de manejo e segurança era possível trabalhar com a abelha africanizada. Hoje, conforme Sattler, a apicultura brasileira é majoritariamente baseada nessas abelhas.

Com o passar dos anos, a apicultura gaúcha também evoluiu. As colmeias se padronizaram e o que era antes uma cultura secundária dentro das propriedades passou a ganhar protagonismo.

“Nas últimas décadas, talvez nos últimos 20 ou 30 anos, parte da apicultura gaúcha passou a ser baseada também em grandes produtores. Hoje já existem apicultores com mais de mil colmeias. Conheço grupos familiares, irmãos trabalhando juntos, com até sete mil colmeias. Aí já é uma atividade empresarial, que exige investimento, conhecimento, formação e tecnologia”, reforça Sattler.

Leia mais nas próximas páginas >>



MARIA EUGÊNIA RIBEIRO/ EMBRAPA/DIVULGAÇÃO/JC

REPORTAGEM ESPECIAL

Metade Norte se destaca na produção apícola gaúcha

Agricultura familiar e serviços de polinização fortalecem a produção de mel

Gabriel Eduardo Bortolini
Especial para o JC

A Metade Norte do Estado apresenta características próprias e distintas entre as regiões quando o assunto é produção apícola. “A região dos Campos de Cima da Serra, o Planalto, as Missões e os vales do Rio Uruguai possuem realidades diferentes e produtos diferentes”, lembra o coordenador da Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi).

Dos Campos de Cima da Serra, por exemplo, vêm o mel de melato, produto muito valorizado recentemente, inclusive com Indicação Geográfica. Nos vales do Alto Uruguai, há méis especiais ligados à fruticultura. No Planalto e nas Missões, predominam as monoculturas, principalmente soja e milho, mas com um importante destaque para a canola.

“A canola é uma excelente alternativa para a apicultura. Além de servir para biodiesel, produz mel e ajuda na recuperação das colmeias depois do inverno rigoroso. A florada da canola começa cedo, entre julho e agosto, e o

pólen dela é muito nutritivo. Os apicultores fazem apicultura migratória, levam as colmeias para a canola, prestam serviço de polinização e ainda fortalecem as colmeias”, exemplifica.

Para a extensionista e assistente técnica estadual em apicultura da Emater/RS-Ascar Laila Ribeiro Simon, o Norte do Estado é considerado uma das regiões mais favoráveis para a produção de mel e seus derivados.

“Principalmente porque a gente tem uma composição de ambiente interessante, onde tem mata nativa, áreas de exploração agrícola, e uma diversificação muito forte dos sistemas, considerando que a gente tem mata atlântica, a questão da produção da erva-mate, do próprio eucalipto, das frutíferas, a questão da canola, da soja, além das culturas de inverno. Tudo isso contribui, e muito, para uma boa oferta de néctar e pólen durante a maior parte do ano”, esclarece.

Além disso, a região apresenta um perfil baseado, principalmente, na agricultura familiar, que exige pouco espaço e pode gerar uma boa renda complementar para as famílias.

“Ela conversa bem com outras

matrizes produtivas como, por exemplo, a produção leiteira ou mesmo das lavouras e também essa questão da participação de jovens e mulheres dentro da atividade. A apicultura tradicionalmente acaba ficando na mão das pessoas mais velhas e o jovem aprende desde cedo o gosto pela atividade, o que oportuniza essa questão da sucessão. E a mulher tem um papel importante na manipulação desse produto pós-colheita. Muitas também vão até os apiários, realizam manejo, fazem colheita e têm todo esse processamento posterior importante, que acaba tendo a presença da mulher como um fator muito forte nessa atividade”, ressalta.

Segundo a extensionista, mais de 70% da atividade está baseada em pequenas propriedades familiares. “Isso é importante porque ela pode ser realizada em pequenas propriedades. Aproveita áreas de menor uso, como as áreas de mata, as bordas de lavoura, que são áreas muitas vezes subutilizadas”, atenta. Segundo o vice-presidente da Federação Apícola do Rio Grande do Sul (Fargs), Patric Luderitz, a polinização é outra questão relevante para a apicultura no norte do Estado.



Canola produz até 30% mais com polinização por abelhas

“É um serviço que provavelmente vai ser trabalhado com mais intensidade nos próximos anos, porque hoje já existem estudos que demonstram que a canola chega a aumentar a produtividade em 30% com a presença de abelhas polinizadoras. E a soja pode ter um aumento de 10% a 18%, mesmo não sendo uma cultura que necessite de polinização. Tendo abelha junto, ela aumenta a produtividade”, menciona.

Os estudos citados por Luderitz foram divulgados pela Embrapa Soja e Embrapa Trigo e reforçam o potencial econômico das abelhas para além da produção de mel e derivados, mas como propulsor produtivo da cadeia agrícola.

“Sem falar na polinização das macieiras. Essa sim, se não tiver polinização de abelha, não produz”, complementa. A necessidade de polinização de determinadas culturas abre, cada vez mais, espaço para oportunidades na apicultura migratória.

“Com isso, mudou também o perfil do apicultor gaúcho. Muitos passaram a trabalhar de forma profissionalizada, em grupos, fazendo migração de centenas de colmeias tanto para produção de mel quanto para serviços de polinização”, reitera Sattler. A partir dessa necessidade, serviços como aluguel ou mesmo a compra de colmeias são cada vez mais comuns em diferentes culturas agrícolas.

Apicultura ainda carece de estatísticas oficiais mais precisas

A grande preocupação da apicultura e da meliponicultura segue sendo o clima. O excesso de chuva, como ocorrido em 2024, por exemplo, causou uma redução drástica na produtividade do setor no período. Foram cerca de 3 mil toneladas de mel produzidas no período 2024-2025, enquanto a média costuma ficar na casa das 9 mil toneladas. A safra atual, entretanto, promete uma recuperação considerável. Algumas projeções indicam a possibilidade de chegar a 11 mil toneladas. O número não deve ser confundido com uma “supersafra”, no entanto. “O pessoal às vezes confunde uma supersafra com safra boa, porque acontece o seguinte: às vezes uma cultura produz muito bem no Rio Grande do Sul, mas outra cai. Tipo esse ano: deu muito boa a uva-do-japão na região norte, mas, em compensação, os eucaliptos estão com problema de um pulgãozinho,

e não estão produzindo néctar. Então vamos ter uma queda de um lado e melhora do outro. Por isso é muito relativa a questão da produção”, afirma Luderitz. Os produtores consultados pela reportagem tiveram safras próximas à média, alguns um pouco abaixo, outros um pouco acima. Outra dificuldade importante diz respeito à ausência de dados precisos, o que causa entraves significativos. “Uma deficiência que nós temos é a questão dos dados oficiais. Hoje existe a declaração de rebanho, que é a principal forma de termos informações concretas. Eu diria que mais ou menos metade da apicultura gaúcha ainda é informal, porque muita gente não declara”, observa Sattler. Segundo ele, não existe atualmente um número preciso sobre a apicultura no Estado. “Hoje o Rio Grande do Sul tem em torno de 500 mil colmeias e cerca de

30 mil apicultores cadastrados. Mas isso é subnotificado, porque muitos produtores não informam o rebanho ao governo. E essa informação é obrigatória. Caixa de abelha é considerada rebanho, como bovino, suíno ou aves. Precisa ser informada. Mas muitos apicultores não fazem isso”, assinala o vice-presidente da Fargs. Para se ter uma ideia da discrepância, a Radiografia Agropecuária Gaúcha 2025 apontava 19,8 mil apicultores registrados. Conforme o sistema de registro da Emater/RS-Ascar, a safra 2025/2026 apresentou, em média, 35 quilos de mel colhidos por caixa, reflexo direto de um ano favorável para a apicultura e meliponicultura no Estado. Os maiores produtores de mel do RS são hoje, em ordem crescente, Santiago, Dom Pedrito, Sant’Ana do Livramento, Gentil, Jaguarí, Caçapava do Sul, Camará do Sul, São Gabriel, Cacequi e Canguçu.

Principais destinos do mel do Rio Grande do Sul (2025)

País	Valor FOB	Peso
Estados Unidos	US\$ 2,6 milhões	803,1 t
Canadá	US\$ 1,36 milhão	403,2 t
Reino Unido	US\$ 747,9 mil	221,7 t
Alemanha	US\$ 104,6 mil	28,9 t
Israel	US\$ 42 mil	14 t

FONTE: COMEXSTAT

Número de famílias meliponicultoras por região

Região	Número de Famílias	%
Centro Ocidental Rio-Grandense	291	1,80
Centro Oriental Rio-Grandense	2.002	12,35
Metropolitana de Porto Alegre	1.643	10,14
Nordeste Rio-Grandense	866	5,34
Noroeste Rio-Grandense	11.130	68,67
Sudeste Rio-Grandense	233	1,44
Sudoeste Rio-Grandense	44	0,27
Total	16.209	100,00

FONTE: DIAGNÓSTICO DA MELIPONICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – SEAPI/DDPA (2024)

Estratégia leva Apiários Paulineli a novos mercados

Outro exemplo de tradição apícola no Planalto Médio é Alisson Paulineli, filho e neto de pequenos produtores de mel para o próprio consumo, que comercializavam o alimento com vizinhos e amigos, informalmente, em Saldanha Marinho. Paulineli até tentou outro ramo, quando se mudou para Colorado, município vizinho, para trabalhar em uma cooperativa da região.

Mas a propriedade onde ele e a esposa Leandra moravam tinha abelhas. Então as pessoas chegavam pedindo mel. E o que era para ser uma forma de subsistência foi crescendo. Chegou um momento que Paulineli tinha tantas colmeias e uma produção tão grande que precisou decidir: ou continuava trabalhando como funcionário de carteira assinada ou encarava a apicultura como profissão.

“A gente viu que dava certo. Então montamos uma estratégia. Desde 2008, vínhamos aumentando as colmeias. Trabalhamos um pouco com a associação, a própria Ucapí, porque o nosso município não tinha sistema de inspeção municipal”.

Foi durante a gestão de Paulineli à frente da União Carazinhense de Apicultores e Meliponicultores (Ucapí) que o mel começou a ser inspecionado na Ucapí, além dele ter sido o responsável pela criação da Casa do Mel de Carazinho. O sistema de inspeção é, aliás, um dos principais gargalos da apicultura nos pequenos municípios, conforme Paulineli.

“De 2008 até 2021 trabalhamos com a associação. Mas isso nos frustrava um pouco, porque não podíamos ter nossa marca



Alisson Paulineli, a filha Cássia e a esposa Leandra trabalham juntos no negócio da família

própria. Precisávamos comercializar os produtos com a marca da associação. Então pressionamos o município: ‘Se vocês não colocarem o sistema de inspeção, nós vamos migrar para outro município’. Até porque as agroindústrias da agricultura familiar são uma vitrine muito boa para os pequenos municípios colocarem seu nome no Estado ou no País”, revela. Então, a partir de 2021, nasceram os Apiários Paulineli.

“Iniciamos com o Sistema Municipal de Inspeção, o SIM. O município também vestiu a camisa e viu que precisava ter um sistema forte. Trabalhou para conseguir o Susaf. Nós, como tínhamos a questão de expandir as vendas e somos proativos, fomos atrás do

selo Arte”. A Apiários Paulineli foi a quarta agroindústria do ramo do mel a conquistar o selo Arte no Rio Grande do Sul. Para além da visibilidade, o selo permitiu a comercialização do produto em território nacional.

“Fomos rompendo barreiras. Hoje temos o SIM, temos o Susaf, temos o selo Arte, Sabor Gaúcho e o Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf). O nosso problema é produzir o suficiente”, pontua.

Os apiários estão em diferentes municípios: Colorado, Saldanha Marinho, Carazinho, Não-Me-Toque e Ernestina. Segundo Paulineli, essa estratégia se deu pela característica geográfica da região, composta por matas ciliares, beiras de rio e áreas acidentadas.

Com o tempo, a família percebeu que não seria possível ter muitas colmeias em um único local, porque seriam muitas abelhas para pouca flor.

“Então montamos uma estratégia de pequenos apiários, com 10 ou 12 colmeias em vários locais. Hoje temos entre 20 e 22 locais com esse número de colmeias. A gente chega lá, colhe e leva para casa. O serviço fica mais fracionado. Essa estratégia funciona bem. O mais próximo fica a 700 metros de casa e o mais distante, a 90 quilômetros”, explica.

Para manter a produção tão distribuída, Paulineli investiu em equipamentos, como quadriciclos para locais mais afastados da estrada. Além disso, as melgueiras

passam por diferentes equipamentos, incluindo o envase, que é semiautomático.

“Eu tenho um conceito muito claro: antes de ter lesão por esforço repetitivo ou problema na coluna, coloca a máquina para trabalhar. Vai sair muito mais barato do que uma cirurgia ou a inviabilidade de continuar o negócio. Muita gente associa agroindústria pequena com coisa malfeita. Mas tu pode ser pequeno e fazer muito bem feito. E os processos feitos com máquina acabam ficando mais padronizados e melhores”.

Agora, a família trabalha na expansão do prédio. A intenção é dobrar o tamanho da estrutura. Além disso, a filha Cássia terminou o curso técnico em agropecuária e pretende seguir na empresa. Então a expectativa de Paulineli é avançar ainda mais.

“Uma coisa que sentimos falta é uma máquina para produzir sachês. É um investimento alto, mas agrega muito valor ao mel. O sachê permite vender o produto fracionado, e a demanda acaba sendo muito grande. No final, vende bastante. É algo em que pretendemos focar mais adiante”, projeta.

Contudo, a produção apícola da família não termina no mel. Própolis e cera são aproveitados, tanto para utilização nas colmeias como para venda de excedente. “Isso também agrega valor. Quem sabe trabalhar com ela consegue ampliar bastante os ganhos. É como alguém que trabalha com carne: uma coisa é vender apenas o porco abatido; outra é fazer torresmo, salame, banha. Muda completamente”, compara.

A tradição e os desafios da apicultura no Planalto Médio

Valdir Maurer nasceu em uma família de apicultores em Carazinho, no Planalto Médio. Os avós, tanto por lado materno quanto paterno, criavam abelhas tão mansas que Valdir chegava a brincar de se esconder entre as colmeias. Era a década de 1960, quando as abelhas com ferrão ainda eram majoritariamente europeias.

Hoje, Maurer tem cinco apiários em cinco localidades diferentes, além de um meliponário na cidade de Carazinho. A esposa Elodi o acompanha nas jornadas mato adentro entre operárias, zangões e rainhas. Também é neta de apicultores.

Nem o pai de Maurer nem o de Elodi seguiram na criação das abelhas, mas o casamento dos dois acabou unindo duas famílias de apicultores e a tradição foi mantida.

Ambos são sócios da Ucapí, associação de 25 anos de existência da qual Valdir é o último remanescente ativo dentre os sócios-fundadores. “Graças a Deus sempre foi uma associação bem ativa”, exalta.

Boa parte dos produtores da região, apesar disso, ainda não é regularizada. Maurer explica que a legislação exige muita burocracia para legalizar o produto, incluindo agroindús-

tria registrada e inspeção. Isso exige uma produção considerável para apicultores independentes.

“Só se paga se ele produzir pelo menos uns três ou quatro mil quilos por ano. Então, através da associação, a gente consegue dividir os custos e manter a estrutura funcionando”, conta.

Hoje, a Ucapí tem 13 sócios, que vendem mel com a marca da associação. Nem todos, no entanto, utilizam a estrutura de inspeção da Ucapí, pois acham inviável arcar com os custos para uma produção de 200 ou 300 quilos anuais. Para

vender o mel na feira da cidade, entretanto, a inspeção é obrigatória.

Em média, os associados da Ucapí produzem pouco mais de mil quilos por ano. É o caso de Valdir, que possui cerca de 120 caixas de abelhas. Os maiores chegam a 400 caixas.

Atualmente, a associação é presidida pelo produtor Eduardo Mantovani, mas o próprio Valdir Maurer já ocupou o cargo há poucos anos, quando nasceu o Encontro Abelheiro de Carazinho. O evento ocorre sempre em setembro e este ano chega à quarta edição.

“Hoje tem indústria, agroin-

dústria, artesanato, equipamentos para apicultura, venda de mel, palestras. Vem gente do Estado inteiro e até gente de fora do País”.

Além da produção majoritária, do mel de abelhas com ferrão, Maurer também tem um meliponário registrado há mais de uma década, embora sua relação com as abelhas nativas seja bem anterior a isso.

“Faz oito anos que eu faço a demonstração das abelhas sem ferrão na Expodireto. É um espaço para o pessoal conhecer as espécies que temos na nossa região aqui e os benefícios delas”, esclarece.

REPORTAGEM ESPECIAL

Apicultor moderniza produção com sistema importado

Gabriel Eduardo Bortolini,
especial para o JC*

A tecnologia também tem influenciado a produção de Emanuel Hollenbach, em São João da Urtiga. Recentemente, o apicultor de 41 anos de idade importou um sistema de monitoramento das colmeias dos Estados Unidos. O equipamento é capaz de medir variáveis como temperatura e umidade dentro da colmeia, além de possuir uma balança sensível à entrada de néctar. “Então eu consigo gerar gráficos do desenvolvimento do enxame, da entrada de néctar e do depósito de mel. O software gera relatórios e eu acompanho tudo pelo celular ou pelo computador”, explica.

O equipamento foi importado com a ajuda de um grupo de amigos que moram nos Estados Unidos, onde a apicultura conta com tecnologias bem mais avançadas. “O Brasil ainda está muito atrás em questão de tecnologia, manejo e logística do mercado das abelhas”, lamenta. Esse, segundo Hollenbach, é um reflexo sociocultural do setor no País: falta conhecimento e união da cadeia produtiva. Além disso, o perfil dos apicultores tem envelhecido e cada vez menos jovens têm se interessado pela profissão.

A trajetória de Hollenbach contradiz essa lógica, entretanto. Cresceu ajudando na pequena produção de mel do pai, mas não tinha a intenção de se tornar apicultor. Estudou Agronomia na Ufrgs e chegou a cursar uma disciplina optativa de apicultura. Mesmo assim, seguiu outro rumo durante anos.

Trabalhava em Vacaria quando a esposa Naiara passou em um concurso de São João da Urtiga. Então ele começou a pensar em oportunidades de volta à cidade natal.

“Como eu já tinha formação em Agronomia, conhecimento de produção, propriedade da família, algumas caixas e um espaço disponível, pensei em investir na apicultura. Eu também tinha algumas máquinas para fazer as caixas e um es-

paço que depois reformei para virar agroindústria. Uma coisa acabou levando à outra”.

Em 2015, saiu do emprego em Vacaria e passou a trabalhar definitivamente com apicultura. Em 2017, começou a estruturar a agroindústria, que ficou pronta em 2020: a VivaFlor Produtos Naturais.

Hollenbach já soma mais de dez anos na atividade apícola. Hoje, são aproximadamente 100 caixas distribuídas em 15 apiários — e ele já está montando o próximo. Além de São João da Urtiga, os apiários estão em Sananduva. Alguns amigos também cedem espaços em propriedades particulares no município de Santo Expedito do Sul, onde Hollenbach deixa algumas caixas de abelhas. Ao todo, elas estão em 23 propriedades.

A produtividade chegou a 35 quilos por caixa no último período, considerada boa pelo produtor. “Foi um pouco acima da média. Não dá para dizer que foi uma supersafra. Alguns estão dizendo isso, mas depende muito da região também. Cada região tem uma peculiaridade da florada, da época e da chuva local. Eu tive umas chuvas aqui que me fizeram perder um pouco de produtividade. Mas, comparado aos últimos anos, que vieram dessas enchentes e foram bem difíceis, esse ano foi relativamente bom. Apesar disso, teve também aquela seca em janeiro e fevereiro, e isso prejudicou um pouco. Se não tivesse tido essa seca, acho que seria melhor para nós aqui”, avalia.

Atualmente, a VivaFlor conta com registros de inspeção municipal e estadual, além de certificação orgânica. Agora, Hollenbach também busca o selo Arte, para expandir ainda mais a comercialização.

Hoje, os produtos da VivaFlor são comercializados em feiras da agricultura familiar pelo estado, além de mercados municipais em São João da Urtiga e Sananduva. Além dis-



Em 2017, começou a ser estruturada a agroindústria de Hollenbach, a VivaFlor Produtos Naturais, pronta em 2020

so, Emanuel faz parte de uma cooperativa em Sananduva, da qual é o único associado a produzir mel. “Então forneço para a cooperativa, que revende os produtos. E até em Porto Alegre eu levo mel. Tenho uma irmã e minha sogra morando lá, então elas acabam distribuindo para os vizinhos também”.

Agora Emanuel sonha com o futuro da apicultura na própria família. “Fui um desses que saiu de casa para estudar e depois voltou. Hoje tenho um filho de seis anos e estou tentando fazer com que ele goste da atividade, plantando essa sementinha para que futuramente ele continue o trabalho”.



Produtor busca o selo Arte, para expandir ainda mais a comercialização

REPORTAGEM ESPECIAL

Meliponicultura e apicultura enfrentam gargalos e desafios no Rio Grande do Sul

Gabriel Eduardo Bortulini,
especial para o JC

O apicultor Valdir Maurer conta que Carazinho se tornou um polo consumidor de mel. Segundo ele, o consumo de mel na cidade passa de 400 gramas anuais por pessoa — pouco menos que a média europeia e bem mais que a brasileira, que fica em torno de 60 gramas por pessoa, segundo a Federação Apícola do Rio Grande do Sul (Fargs). “O pessoal daqui adotou o mel como alimento, não só como remédio”, o produtor celebra.

O baixo consumo da população nacional é uma das principais dificuldades relatadas por produtores e entidades. Aumentar o consumo interno de mel é, segundo Patric Luderitz, vice-presidente da Federação Apícola do Rio Grande do Sul (Fargs), justamente o plano da Confederação Brasileira de Apicultura e Meliponicultura.

“O Brasil consome per capita cerca de 60 g de mel por pessoa. A Europa consome, em média, 500 g. A Eslovênia chega a 2 quilos. Nós não precisamos chegar nisso. Se triplicarmos para 150, 200 gramas por pessoa, já faltaria mel para exportar”, calcula o vice-presidente da Fargs.

Hoje, segundo o coordenador da Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi). Aroni Sattler, a apicultura gaúcha é dependente das exportações, pela falta de consumo interno. Uma estratégia para aumentar esse número é, tanto para Luderitz quanto para Sattler, a inclusão do mel na merenda escolar.

“É importante que os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — coloquem mel na merenda escolar. Isso é um pedido de muitos anos. Mas

aí inventam burocracia. Algumas cidades fazem, outras não. Só isso aí já incentivaria as crianças a comer mais mel, a aprenderem desde pequenas. Porque depois de grandes não gostam, não têm hábito”, Luderitz reitera. “Nos períodos críticos, tínhamos uma alternativa muito interessante”, aponta Sattler.

Um desses períodos ocorreu em 2025, após o tarifaço imposto pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros, incluindo o mel, que chegou a ser sobretaxado em 50%, embora parte das medidas tenha sido revista posteriormente. Agora, o recém-firmado acordo Mercosul-UE desponta como uma nova oportunidade. A preocupação, no entanto, é com as exigências do mercado europeu.

“A Europa é bastante exigente, inclusive com as condições ambientais mais amplas, não só com os resíduos em si. Mas o principal problema é o uso muito grande que houve — e ainda em parte acontece — por causa das mudanças do perfil pecuário para o agrícola, e o uso dos dessecantes. Está comprovado que eles deixam resíduos no solo por longo tempo. Eu sempre trabalhei com doenças em abelhas. Mandavam amostras para mim para descobrir qual doença havia matado as colmeias. Depois de um certo tempo eu vi que praticamente não havia doença; era outra causa. Começaram a aparecer resíduos de contaminantes”, ilustra Sattler.

Trata-se de uma discussão extensa, para além do comércio exterior e da própria apicultura, embora a relação entre as abelhas e a preservação ambiental seja intrínseca. “A gente tem que considerar que o consumidor brasileiro também tem direito a consumir um produto livre de contaminantes. Não adianta querer dizer que vamos deixar o melhor produto para o mercado



Sattler acredita que uma alternativa para aumentar o consumo seria incluir o mel na merenda escolar

externo. A saúde dos brasileiros é muito importante também”, reforça. Sattler cita o caso de um apicultor na região do Planalto que encontrou resíduo de glifosato numa fonte a 170 metros de profundidade.

“Só isso já basta para dizer que o problema é sério. De fato, tivemos algumas partidas de mel que não foram aceitas no mercado europeu porque estavam acima do nível de resíduos que eles aceitavam. Mas esses níveis também são usados para impor barreiras comerciais. Quando falta mel no mercado internacional, eles aceitam qualquer mel, porque depois misturam com um mel sem contaminantes e baixam até o nível aceitável. Isso já acontece há muitos anos e continua acontecendo”.

Para Sattler, essa é uma questão, sobretudo, de boas práticas agrícolas e apícolas. O professor lembra, ainda, que as espécies de abelhas nativas, sem ferrão, são também muito impactadas pelo uso indevido de contaminantes. “A meliponicultura vem crescendo muito. As abelhas sem ferrão têm um papel importante na polinização também. Se houver um controle, uma aplicação mais equilibrada dos defensivos agrícolas, nós temos, em qualquer bosquezinho, qualquer beira de rio ou riacho onde exista algum tipo de vegetação, essas abelhas nativas. E elas vão polinizar soja, canola,

girassol, frutíferas, tudo. Isso tem um valor inestimável, até difícil de calcular, mas ele é real”, aponta.

Segundo Luderitz, o Estado tem pelo menos 23 espécies de abelhas nativas. “E a meliponicultura está crescendo muito, inclusive nas cidades. As legislações estão mudando para permitir essa criação urbana”.

O mel das abelhas sem ferrão tem sido cada vez mais valorizado e novas iniciativas têm chamado a atenção de produtores e instituições. Em São João da Urtiga, o apicultor Emanuel Hollenbach participa de um projeto em conjunto com o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), de Passo Fundo.

“Estamos elaborando um projeto para coletar o mel das abelhas sem ferrão. O Cetap vai distribuir meliponários para alguns agricultores aqui da região. Eles vão trazer esse mel para cá e a gente vai beneficiar e depois agregar no portfólio de produtos”, explica.

De acordo com o Diagnóstico da meliponicultura no Rio Grande do Sul, circular técnica publicada em 2024 pela Seapi/DDPA, os principais benefícios da atividade no Rio Grande do Sul, tanto para os meliponicultores quanto para os técnicos extensionistas consultados dizem respeito ao auxílio dessas abelhas como polinizadoras, além de se tratar de uma prática “ambientalmente susten-

tável e que contribui para a conservação da biodiversidade”. Esse potencial, no entanto, enfrenta um entrave intrínseco, conforme os mesmos extensionistas e meliponicultores: “está relacionado ao desmatamento e ao uso de agrotóxicos”, assinala o texto.

A valorização da meliponicultura fica evidente, segundo Sattler, em eventos como o Congresso Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura, ocorrido de 13 a 16 de maio em Florianópolis.

“Metade dos estandes eram de abelhas nativas. E metade das palestras da parte técnica do evento também era sobre abelhas nativas. Palestras muito interessantes, mostrando esse crescimento”, ressalta.

O congresso é o maior evento sobre apicultura e meliponicultura no País e recebeu o presidente da Federação Internacional das Associações de Apicultores (Apimondia), Peter Kosmus. A presença de Kosmus foi celebrada pelas entidades brasileiras do setor.

“No seu discurso, ele mencionou união entre apicultores e meliponicultores como exemplo para o mundo”, enfatiza Luderitz, que ressaltou a importância do retorno do Brasil à Apimondia. “E conseguimos também encaminhar a vinda do maior encontro de apicultura mundial para o Brasil, provavelmente em 2031”, comemora.

MINUTO VAREJO



PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC



Mega produção e mobilização de funcionários e clientes marcaram abertura da 8ª filial no Brasil e segunda em duas semanas na Capital

Agito, fila e tapete vermelho: H&M chegou

Rede sueca, número 2 da moda global, abriu loja âncora no Praia de Belas Shopping

Patrícia Comunello
patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

A gigante sueca H&M chegou literalmente causando em Porto Alegre. Em duas semanas, a nú-

mero 2 do varejo de moda global, atrás da espanhola Zara, abriu duas lojas. A mais recente foi a do Praia de Belas Shopping, na semana passada, a oitava no País. A rede não informa o investimento. A primeira gaúcha foi a do IguatemiPOA, aberta em 14 de maio. No Praia, teve fila, primeiro cliente madrugando, festa com banda de música e tapete vermelho. A recepção foi à altura da nova

âncora do empreendimento, que vive um clima de retomada após a enchente de 2024, que chegou a atingir a garagem do complexo. Pela badalação, que foi precedida de muita mídia, o desembarque tem tudo para ter sido o mais barulhento de uma marca no complexo do grupo Iguatemi.

“Cheguei às 5h09min”, contou o aposentado Ézio Adami. O primeiro da fila tinha direito a um

vale de compras de R\$ 500,00: “Quero ver se compro uma japonesa (nome mais antigo para jaqueta)”. “Vim só pelo voucher”, admitiu Sonia Simões, que foi à estreia no IguatemiPOA. No 93º lugar, Sonia conseguiu R\$ 100,00 para compras na filial com 1,8 mil metros quadrados, mesma área de venda da unidade na Zona Norte da Capital. “Lá era o mesmo voucher e gastei mais de R\$ 600,00”,

recordou. A loja replica a configuração da outra filial gaúcha, mas com alguns diferenciais. O layout tem grandes janelões em uma das paredes (voltadas para a orla), banhando o espaço interno com luz natural. Coleções são segmentadas por feminino, masculino, infanto-juvenil, ginástica e moda. Peças básicas com cores variadas estão no ambiente, com promoções, como comprar três peças e pagar por duas.

Os preços da H&M seguem tíquete parecido com o das rivais Renner, C&A e Riachuelo, que estão com reformas nas filiais do complexo. No Iguatemi, a chegada da sueca teria tido reação, como redução de preços em lojas de concorrentes. O vice-presidente de Operações do grupo de shoppings, Charles Krell, citou que a sueca desembarcou no Brasil em agosto em uma unidade da companhia. “A do Praia é a quarta do Iguatemi. É mais um investimento importante para o País e alternativa para os consumidores”, listou Krell.

Jornada 5x2 a seções exclusivas na nova filial



PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Seção infanto-juvenil no empreendimento perto do orla vai testar segmentação de modelos

A H&M não entra como outras estrangeiras que já aportaram no varejo brasileiro. Porto Alegre, por exemplo, teve Forever 21, que fechou no Brasil e nos Estados Unidos. A sueca chega unindo escala 5x2, em meio a uma discussão acalorada no varejo e já avançando no Congresso Nacional, junto com a jornada de 40 horas semanais. “Fazemos em todos os países e não vemos

por que não fazer no Brasil”, disse à coluna Minuto Varejo o diretor-presidente na operação brasileira, Joaquim Pereira, na estreia da filial do IguatemiPOA. “Falam que é a nova geração que quer, mas não achamos isso. Todos (funcionários) querem”, pontuou Pereira. Outro detalhe que o executivo cita como decisivo: “Todos sabem com antecedência de quatro semanas como será a

escala. Muitos têm outros trabalhos e podem se programar. Isso dá mais segurança sobre o trabalho”. A unidade do Praia de Belas traz segmentação no infantil, para faixa de oito aos 14 anos, que não tem no Iguatemi, e mais coleções de fitness. Para a gestão do shopping, as diferenças reforçam a influência da vizinhança, entre perfis de clientes e proximidade com a orla.

Shopping desperta grande interesse pós-sueca, diz VP

O vice-presidente de Operações do grupo Iguatemi, Charles Krell, acena que a “aquisição” da gigante de moda já muda a fisionomia do empreendimento. No Praia de Belas Shopping, já se registra a procura de mais marcas querendo entrar. “A atratividade aumenta substancialmente, além do tráfego de pessoas. É tudo de bom”, empolga-se Krell, citando que “logo, logo” vai ter o super-

mercado Zaffari como âncora. O complexo encara o desafio de retomar a normalidade após o baque da enchente de 2024. A sueca é a peça mais importante da segmentação de moda que o Praia está fazendo no segundo piso, onde já estão Farm Rio, Brookfield, Reserva, Aramis, Le Lis e a mais recente Columbia. Com a nova fase, o Iguatemi, já analisa expandir áreas de locação.



PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Krell garante que complexo já registra maior demanda por locações

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Organização destaca o hip hop como ferramenta de educação no Estado

Sofia Kramp Leke
sofial@jcrs.com.br

Em meio às ruas do bairro Rubem Berta, em Porto Alegre, a cultura virou ferramenta de transformação social. Foi ali, em 2005, que nasceu a Alvo Associação Cultural, uma organização criada por jovens ligados ao hip hop e ao skate que acreditavam que arte, música e ocupação cultural poderiam mudar a realidade da comunidade. Duas décadas depois, a iniciativa se tornou referência no Rio Grande do Sul quando o assunto é democratização do acesso à cultura e fortalecimento das periferias, utilizando a cultura hip hop e o esporte como ferramentas para desenvolver uma sociedade mais justa e igualitária.

Indo muito além de somente promover eventos ou shows, a Alvo construiu uma trajetória marcada pelo trabalho social. Localizada em uma região onde muitos jovens crescem sem acesso fácil a espaços culturais, cursos artísticos ou oportunidades de expressão, a organização oferece a possibilidade de participarem de oficinas, atividades edu-

cativas e espaços de convivência que ajudam a aproximar centenas de pessoas da arte e da cultura urbana. A sede da entidade funciona como um espaço comunitário aberto à população, conhecido também como Ponto de Cultura da Rede RS de Pontos de Cultura desde 2009, onde o local conta com biblioteca comunitária, que faz parte da Rede Beabá de Bibliotecas Comunitárias, estúdio público de música, pista de skate e ambientes voltados para oficinas e encontros culturais.

Para muitos jovens da região, o espaço acabou se tornando uma alternativa importante ao enfrentar à falta de perspectivas que faz parte da realidade de muitas comunidades brasileiras.

Ao longo dos anos, a associação desenvolveu diversos projetos em escolas públicas, comunidades periféricas e até dentro do sistema prisional gaúcho. Um dos trabalhos que mais ganhou destaque foi o projeto “MCs para Paz”, realizado em presídios do Rio Grande do Sul. A iniciativa se trata de uma ação em presídios gaúchos através de oficinas de hip hop, produção musical e produção e edição de vídeos,



A Alvo Associação Cultural nasceu da vontade dos jovens de mudar a realidade de sua comunidade

conquistando o prêmio Cultura e Saúde do Ministério da Saúde.

Nos dias 23 e 24 de maio, a associação realizou mais uma edição do Festival Alvo, evento gratuito que reuniu artistas locais e nomes conhecidos nacionalmente no cenário do rap. O festival levou ao público shows, batalhas de breaking, graffiti, skate e feira de marcas independentes, reforçando a proposta de aproximar arte, juventude e comunidade, além de completar 21 anos de ações ininterruptas.

O evento abriu espaço para debates sobre ancestralidade, cultura africana e identidade através do projeto Ori Itan, que misturou música, gastronomia e rodas de conversa. A programação contou ainda com a participação de lideranças indígenas e artistas liga-

dos à cultura negra e periférica. Jean Andrade, fundador da Alvo Associação Cultural, conta que “quando promovemos um evento desses, a gente está trazendo para dentro da cultura essas pessoas que muitas vezes não conseguem nem sair do território. Seja por falta de conhecimento, de recursos para o transporte público ou por falta de tempo em função do trabalho. Então, esse é o objetivo da Alvo, tentar democratizar o acesso à cultura para que eles possam ser, primeiro, público e depois fazer a cultura aqui durante toda semana, por cursos, oficinas e programações de aprendizagem na área do hip-hop”.

Mais do que promover eventos culturais, a Alvo ajudou a construir espaços onde jovens periféricos podem se enxergar como

artistas, produtores, comunicadores e protagonistas de suas próprias histórias.

O trabalho desenvolvido pela entidade ao longo de mais de vinte anos reforça como a cultura pode funcionar como instrumento de transformação social, fortalecimento comunitário e construção de futuro. Para Andrade “o legado que a gente consolidou é o público que veio e que participa do nosso projeto. O grande legado são as pessoas que conhecerem o nosso espaço aqui como referência de cultura, como um espaço onde tu pode vir aqui usar o estúdio, pode vir buscar um livro da nossa biblioteca e pode vir para fazer alguma oficina, seja de música, seja de grafite, DJ ou enfim, vários cursos que oferecemos”.

Entre a transformação social, Alvo conquista diversos reconhecimentos no Estado

Desde o início, a proposta da organização sempre foi enxergar o hip hop como algo que vai

além da música, trazendo o rap, o graffiti, o breaking e o skate como ferramentas de inclusão,

pertencimento e construção de identidade. É justamente essa visão que ajudou a transformar a Alvo em uma referência cultural dentro e fora do Estado.

A organização também promoveu a campanha permanente Quarentena Solidária durante a pandemia, iniciativa que resultou na doação de milhares de peças de vestuário e mais de 40 toneladas de mantimentos.

“Estamos planejando a estruturação dessa escola de Hip-Hop, junto de programas estadual e nacional que possuem programas específicos para aumento do contraturno escolar nas escolas públicas, principalmente nas escolas públicas”, diz Andrade.

Esses não foram os únicos reconhecimentos conquistados pela entidade, a Alvo também recebeu a Medalha Cidade de Porto Alegre e a Medalha da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, homenagens que destacaram a importância cultural e social do trabalho desenvolvido pela associação nas periferias da capital gaúcha.

Além disso, a organização conquistou o Prêmio Diversidade RS e também foi reconhecida no cenário artístico com o Prêmio Açorianos de Música e o Prêmio Lança de Ouro. Os prêmios demonstram como o trabalho da entidade ultrapassa os limites da cultura urbana e passa a ocupar espaços importantes dentro da

produção cultural do Estado.

A Alvo entra agora nesse novo momento, depois do festival, oferecendo cursos, oficinas e capacitações e formações para professores, para alunos e construindo parcerias com as escolas.

“A gente já tem parcerias com três universidades, e agora estamos fazendo parcerias também com as escolas estaduais e municipais para que a gente tenha uma programação permanente de oficinas, cursos e formações para os professores para que eles integrem hip-hop dentro da sua sala de aula. Melhorando a aprendizagem, melhorando a educação e a sociabilidade também desses alunos” diz Andrade.



Música virou ferramenta de inclusão junto com o graffiti e o skate

Dívida pesando ou caixa apertado?

NOVO
DESENROLA
BRASIL

Com o
Desenrola Brasil
no **Banrisul**, você
encontra formas
de reorganizar
as finanças e
seguir em frente,
seja pessoa física
ou empresa.



Renegocie com descontos
e aproveite mais prazo de
pagamento.

Acesse o site do Banrisul
ou fale com seu gerente e
confira as condições.



Banrifone
Porto Alegre (51) 3210 0122
Interior e Outros Estados 0800 541 8855

SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200



banrisul